

ESTADO DE SAO PAULO Vontade de renegociar

Na véspera da viagem do presidente Fernando Collor de Mello aos Estados Unidos, observou-se a firme intenção do governo de renegociar a dívida externa, o que foi, aliás, reafirmado pelo próprio presidente ao declarar: "Não há nenhuma mudança a se fazer na negociação. Há apenas uma vontade muito grande do Brasil de rapidamente se reencontrar com a comunidade internacional, de regularizar as suas contas com os bancos credores". O ministro da Economia foi mais longe, ao explicitar como pretende conduzir tal negociação e ao fixar para tanto um cronograma.

Parece-nos muito importante que nem um nem outro tenham empregado a expressão "capacidade de pagamento" (fixada em função de um superávit primário nas contas públicas), que vinha assustando os bancos credores, inteirados de que o Brasil não pode oferecer garantias desse princípio. O ministro encareceu a necessidade de o País ampliar suas exportações, que, conforme assinalou, têm uma participação ridícula no PIB. É importante notar, também, que se referiu a alguns modelos: o México, o Chile e a Venezuela, países que, sem exceção, conseguiram resolver seus problemas com os credores. Reconhece ainda que uma reintegração do Brasil na comunidade financeira internacional é neste momento particularmente oportuna, uma vez que os capitais estrangeiros voltam a se dirigir para a América Latina. Tal já ocorreu no México e no Chile, ficando o País à margem por não ter feito ainda as pazes com os bancos.

Se o presidente da República reconhece que a mudança do nome do negociador não representa novos rumos para a renegociação que possa traduzir a adoção de outro estilo — o que se explicaria pelo fato de não termos mais um negociador profissional, mas um economista que já teve prolongados contatos com a comunidade financeira real —, o ministro

Marcílio Marques Moreira foi além, ao explicitar seus objetivos. Está dando prioridade a uma renegociação que propicie um alívio nos próximos três anos, aliás os mais delicados para a economia brasileira, que tem de consolidar sua recuperação econômica, necessitando ademais de certo prazo para reformular sua política tributária. Pode-se pensar que, nesse particular, consiga boa acolhida dos credores. Insiste muito o ministro num esquema que nos permita recomprar parte da nossa dívida com forte desconto do valor de face dos títulos creditícios. Entretanto, Marcílio Marques Moreira foi certamente muito longe ao falar em um desconto de 50% a 60%, mostrando-se também excessivamente otimista ao afirmar que, fora dos Estados Unidos, os bancos estão abertos a tal proposta. Por princípio, bancos não se inclinam a modificar o valor de empréstimos e não podemos tomar por base operações no mercado secundário, que, na realidade, são muito limitadas. Mas numa renegociação talvez seja sempre útil começar a exigir muito para obter algo. É bom lembrar porém que até agora nenhum país devedor conseguiu tais descontos, a não ser os pequenos, como a Bolívia e o Peru. É verdade que o ministro deixou a porta aberta, ao dizer que aceitaria um cardápio variável. O FMI é visto como elemento essencial numa negociação que se deseja concluir rapidamente, o que representa um bom sinal.

